

Denunciados à 1.ª Auditoria 13 subversivos

Rio (Sucursal) — Treze pessoas foram ontem denunciadas pelo promotor Eudo Guedes Pereira, da 1.ª Auditoria da 1.ª Região Militar, como incurso no artigo 33 da lei 314, por integramem o grupo denominado Movimento Revolucionário Nacional (MORENA), de natureza comum-subversiva, e que tinha como finalidade "dar apoio a um possível movimento nacionalista", cabendo a cada participante arremeter mais duas pessoas, para que fosse constituído outro grupo.

Segundo a denúncia, o grupo — que maninha ligações com o Comando de Libertação Nacional (COLINA) — reúnem-se em Muriqui, desde meados de 1967, e também em outras regiões, como Tinguá, onde, utilizando-se de armas do Exército, seus integrantes assaltaram a sentinela do Museu do Exército, além de ministrar, a interessados, aulas sobre armamento, tiro e comportamento político-ideológico.

Os denunciados são: Severino Beatriz da Silva, Valdivio de Almeida, Roil de Noronha Soares, José Alves da Silva (ou José Alves da Fonseca), Antonio Pereira de Matos, Juarez Guimarães de Brito, Fausto Machado Freire, Sergio Lara Pereira Monteiro, Antonio Maria Zaccarias, Francisco Pereira da Silva Medeiros, José Roberto Monteiro, Marco Antonio de Azevedo Meyer e Valter Fernandes de Araujo. Como

testemunhas de acusação, foram arrolados os capitães José Pordeus Maia, João Luis de Sousa Fernandes e Euclides Ferreira Gomes.

Na Auditoria o processo dos padres

Porto Alegre — (Sucursal) — Na tarde de ontem, quando já estava sendo encerrado o expediente do cartório da 1.ª Auditoria de 3.ª Região Militar, o delegado Firmino Peres Rodrigues, titular do DOPS gaúcho, fez entrega do volumoso processo em que se encontram envolvidos diversos padres, religiosos, seminaristas e ex-seminaristas ao auditor Dorvalino Tonin.

O principal implicado é "frei Beto" que terá como defensor o criminalista Angelo Alquei, se o julgamento for realizado nesta capital. Sendo em São Paulo, "frei Beto" terá como defensores os criminalistas Mario Simas e professor Heleno Fragoso.

Monseñor Marcelo Pinto Carneiro, reitor do Seminário do Nordeste, em Recife, e o padre Manuel Vasconcelos Valiente terão como defensor o criminalista Osvaldo de Lia Pires. Juntamente com a entrega do processo, o delegado Firmino Peres Rodrigues pediu a prisão preventiva de frei Beto, monseñor Carneiro, padre Valiente e do seminarista Francisco Falcão e Castro.

HABEAS-CORPUS

O advogado Mar'ô Simas, de São Paulo, impetrou, ontem, no Superior Tribunal Militar, habeas-corpus em

favor dos padres dominicanos Fernando de Brito, João Antonio Caldas Valença, Roberto Barvano, Ivens do Amaral, Tito Lima de Alencar, Carlos Alberto Libanio Cristo (frei Beto), e o frade Georgi Callegare, pedindo a quebra de incomunicabilidade.

Volta Redonda; promotor pede os autos

RIO (Sucursal) — O promotor Osiris Josephson, da 2.ª Auditoria da 1.ª Região Militar, pediu ontem ao juiz Helmo Sussekind a baixa dos autos do IPM contra o bispo de Volta Redonda, dom Valdir Calheiros e mais 18 padres, a fim de que possa anexar a eles um IPM anterior no qual aquela autoridade eclesíastica acusa alguns militares de torturarem presos políticos.

Neste primeiro IPM — cujo encarregado, coronel Adão Bras Chmielewski, concluiu que não havia crime a punir — estão indiciados, além de dom Valdir, os seminaristas Carlos Rosa de Azevedo, Natanael da Silva e Jorge Gonzaga e o diácono francês Guy Michel Camille Thibault, todos condenados pela Justiça Militar, sendo que este último foi mais tarde expulso do Brasil.

Indiciados na Lei de Segurança

RECIFE — Por picharem ônibus com frases ostensivas

ao regime vigente em julho último, nesta capital, foram indiciados na Lei de Segurança Nacional e qualificados pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército os estudantes Roberto Franklin Filho e Lillian Maria Pinto Gondim. Ambos foram presos em flagrante.

A denúncia foi formulada pelo procurador Flávio de Oliveira, que argumentou:

"Eles não eram tão ingenuos, pois sabiam o que praticavam e agiam com uma determinação incomum. Conhecedores da Lei de Segurança Nacional, insistiram num comportamento ilícito, conclamando a todos para a luta contra a pretensa e inexistente opressão".

De acordo com os autos do inquerito, Roberto Franklin Filho e Lillian Maria Gondim, juntamente com outros acusados, entre eles um rapaz conhecido apenas como Eridan e que será qualificado dia 17, além de escrever frases contra as autoridades constituídas, "distribuíram panfletos injuriosos e considerados subversivos".

Sobre este aspecto, o procurador militar assim se expressou:

"Os réus distribuíram panfletos nos quais havia infâmia e injúria contra as autoridades, inclusive ministros de Estado, incentivando a luta de classes e ofendendo a democracia e o regime".